

**O CONCEITO DE PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E URBANO  
NA CULTURA AMBIENTAL VIMARANENSE**

---

Prof. Arq. Bernardo Ferrão

## O CONCEITO DE PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E URBANO NA CULTURA AMBIENTAL VIMARANENSE

---

Afirmava o Professor Carlos Alberto Ferreira de Almeida que " Património é qualidade e memória. Sem qualidade intrínseca ou circunstancial não haverá fundamento para que um testemunho - memória tenha que ser conservado ". Será exactamente a significação diversa e a valorização relativa que estes dois aspectos, qualidade e memória, foram assumindo ao longo do tempo que explicam, como veremos ao longo do texto. As sucessivas posições assumidas pela cultura vimaranense face à problemática suscitada pelo seu património arquitectónico, urbano e ambiental.

- Em plena época humanística, onde a presença do monumento começa a assumir importância, surgem em Guimarães marcas dessa preocupação pois, segundo documentação do séc. XV, apenas com autorização régia se podiam movimentar pedras de já então velhas e significativas edificações; essa mesma preocupação pode verificar-se a propósito da substituição da primitiva igreja de S. Tiago, que ruuiu em 1607, por uma pequena capela, ao que parece que "não sem murmuração dos que julgavam por mais crédito conservar as ruínas antigas que reduzi-las a tanta pequenez ".

No séc. XVII e face à sensibilidade da então nascente cultura antiquária à arquitectura romano-gótica, impõe uma das câmaras contemporâneas que as fortificações vimaranenses estejam " limpas e mantidas " promulgando-se várias posturas contra a sua destruição; em 1653 os procuradores da cidade pedem nas cortes" que se valesse pelo castelo e muralhas que estavam a arruinar-se", porque ele era "o mais sumptuoso do reino", indignando-se entretanto o povo e a nobreza da vila com a provisão de 1664, que concedia a pedra do paço ali situado, à ordem dos Capuchos para construção do seu convento, o que levará a câmara a afirmar que tal decisão "trazia grandíssimo dano ao crédito e honra desta vila por ser ali que nasceu o Senhor Rei D. Afonso Henriques". Face a pedidos de demolição do castelo, D. João V imporá, mais tarde, em alvará de 1721, que D. João VI confirmará em documento de 1802, a sua manutenção absoluta, em nome dum valor já simbólico.

Por outro lado, e agora ao nível da nova edificação, pressente-se então também, uma sensibilidade patrimonial inaugural, como o demonstram, por exemplo, a ampliação efectuada nos primitivos paços municipais, em 1674, onde o desenho da arcaria apontada

térrea então efectuada copia, de forma arcaizante, o da subjacente à primitiva construção baixo medieval.

Até finais do século XVIII parece poder verificar-se, no contexto urbano vimaranense, que consciência popular, autorizações régias, posturas municipais, apelos nas cortes, reclamações públicas e até alguma produção arquitectónica arcaizante, indiciam uma sensibilidade colectiva aos valores simbólicos expressos em certas construções, consensualmente consideradas como excepcionais, o que justifica a exigência e desejo da sua conservação.

- Num quadro onde vandalismo e conservação coabitam e num contexto iluminista tardio, D. Maria reconhece, em 1793, a inutilidade da muralha, face “ao estorvo que a mesma constituia para o aumento da povoação”, logo se iniciando a sua demolição para simultânea execução da fachada tardo-pombalina que delimita o largo do Toural, obtendo entretanto o cabido da Colegiada, também em finais do séc. XVIII, autorização régia para demolir a primeira das suas torres, a fim de melhorar aquelas instalações. Contemporaneamente imporá a câmara, com base em provisões régias e em nome das "luzes", não só a demolição das galerias "alpendradas" que definiam as frentes de diversas praças e largos, como também a destruição das "rótulas" e "crivos" que revestiam as fachadas de inúmeras habitações da burguesia e artesãos.

Contraditória e paradoxalmente e agora numa perspectiva de preservação patrimonial, recomendará um aviso régio de 1799 ao prior da colegiada de N<sup>a</sup>.Sr<sup>a</sup>.da Oliveira que "no dito templo nem no todo nem na parte deverá construir-se obra alguma que altere a venerável antiguidade que nele há". Por outro lado, ainda e ao longo do século XVIII, surgem em Guimarães, as primeiras experiências, assumidas, de renovação de edifícios pré-existentes, como é o caso do palácio dos Lobos Machados, onde se substitui a fachada da construção primitiva por novo paramento de gosto rocaille e o da casa dos Mota Pregos, já existente no século XVI, a que no século XVII se adiciona um alçado grandioso, cujo singular efeito cénico enobrece a simplicidade da primitiva edificação trazeira.

Na transição dos séculos XVIII / XIX surge assim, na área urbana vimaranense, um posicionamento patrimonial paradoxal, porque simultaneamente demolidor e conservador, que decorre do quadro cultural "iluminista" em que se processa, justificando-se as atitudes destruidoras, pela necessidade de reformar e ampliar a cidade, como sucedeu no largo do Toural e de renovar e higienizar os seus edifícios, o que determinou a demolição das "alpendradas" e "rótulas" e explicando-se as posições conservadoras, de que é exemplo a recomendação régia relativa à preservação da igreja de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Oliveira, e também já renovadoras, como sucede nas casas Lobo Machado e Mota Prego, pelo lento emergir do conceito de monumento, posicionamentos um e outros, explicáveis pelas características do quadro sócio-cultural em que se processaram.

Pelo menos a partir do século XVII podem também registar-se já algumas preocupações com o património arquitectónico vimaranense em diversa produção literária contemporânea, mas onde este é tratado e registado ainda, e apenas, como um elenco de "antiguidades" destinado sobretudo a justificar e valorizar a importância da cidade que as possui. De forma algo genérica abordam-no desde logo, as Várias Antiguidades de Portugal (1625), manuscrito de Gaspar Estação de Brito, a História do Reino de Portugal (1628), de Manuel Faria e Sousa, a Corografia Portuguesa (1706), de Pe. António Carvalho da Costa e as Memórias para a História Eclesiástica de Braga (1734), de D. Jerónimo Contador de Argote. Mais pormenorizada informação apresentam, todavia, as Memórias Ressuscitadas da Antiga Guimarães (1692), do Pedre Torcato Peixoto de Azevedo, bem como as Memórias Ressuscitadas de Entre Douro e Minho (1726), de Francisco Xavier da Serra Craesbeck.

- No quadro de criação do novo conceito de Monumento, o corrido ao longo do séc. XIX, se muitas vezes as autoridades administrativas e governamentais assumirão demolições significativas, como as da muralha (em 1840 demole-se a sua última torre), as das galerias alpendradas (em 1877 elimina-se a da Alfândega e em 1900 a da Senhora da Guia) e as de templos (em 1887 destrói-se a capela de S. Tiago, em 1892 a igreja de S. Sebastião e em 1914 a de S. Paio) então talvez ainda não entendidos como tal, impedirão, por outro lado, actos similares, como ocorreu com o castelo, já então assumido como um valor simbólico. Assim, em 1836 e em resposta à Sociedade Patriótica Vimaranense, que solicitava a demolição deste e a reutilização da sua pedra, imporá o rei D. Pedro IV que o mesmo seja conservado "sem a mais mínima alteração" citando deliberações semelhantes de D. João V e D. João VI. Manter-se-á todavia até à transição para o século XX o cenário demolidor, como o testemunham, entre 1860 e 1896, os escritores Vilhena Barbosa, Pinho Leal, Pe. Ferreira Caldas, Ramalho Ortigão e Albano Bellino, referindo a propósito a "profanação", o "vandalismo" e a destruição de dados arqueológicos, e também o diletante Carlos Van-Zeller, que então ilustrou a torre de S. Bento e a capela de S. Tiago, logo desaparecidas.

Pese embora este triste quadro, assumir-se-á simultânea e contemporaneamente uma aguda sensibilidade patrimonial demonstrada quer na permanência arcaizante dum desenho arquitectónico rocaille nas fachadas dos hospitais da Ordem Terceira de S. Domingos, iniciada já em 1836 e da Ordem Terceira de S. Francisco, começada também em 1853, quer na consciencialização do significado do património monumental, exemplarmente demonstrada por Alexandre Herculano a propósito da redecoreação interior da igreja de N<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. da Oliveira, efectuada ao gosto neoclássico a partir de 1830 sob orientação de A. Roquemont, e que a ela se refere criticamente em 1839, ao constatar que "quebraram-se os labores dos capitéis e cornijas, (...) decorou-se, pintou-se, caiu-se. O templo do Mestre de Aviz lá está alindado, lá está coberto de arrebiques".

Clara alternativa a este cenário será a contemporânea actividade arqueológica de F. Martins Sarmiento que, no contexto da procura dos valores cognitivos e artísticos do monumento e na pista de Winckelmann, muito contribuiu, no âmbito de preocupações etnológicas e etnográficas, para um conhecimento científico inaugural da nossa cultura castreja e para a sua divulgação além fronteiras, efectuada sobretudo nos Congressos Nacionais de Arqueologia realizados em 1877 e 1880. Martins Sarmiento responsabilizar-se-á, entretanto também, juntamente com o Pe. Ferreira Caldas, José Pinto de Queirós Montenegro e o cónego José Aquilino Veloso Sequeira, pelo primeiro restauro assumido como tal, de um monumento vimaranense, a igreja de S. Miguel do Castelo, executado em 1874 sob a direcção técnica do engº João Maria Feijó, então professor de Arquitectura da Escola do Exército, restauro esse que embora tivesse sido considerado, mais tarde, pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, como "cuidadoso, que em nada prejudicou a arquitectura antiga" , será também por ela criticado ao "distinguir-se por grande tolerância", e não assumindo portanto uma desejada purificação estilística.

Curiosa e simultaneamente, numa atitude romântica, em nome do pitoresco e do culto da arte, realizará em 1863 o Eng. M. de Almeida Ribeiro, Professor da então Academia Portuense de Belas-Artes e que à época não conhecia Ruskin, o Plano de Alinhamentos e Melhoramentos da Cidade de Guimarães, onde preconiza a abertura de novas ruas e algumas demolições, sem introduzir todavia rupturas violentas na malha urbana, sugerindo simultaneamente e com base em critérios sobejamente justificados na memória descritiva do estudo, a preservação e a valorização das arquitecturas pré-existentes. Antecedendo este plano surgirá em 1850, sob os auspícios da câmara, a primeira comissão de defesa da fortificação-berço, denominada Os Amigos do Castelo, presidida por Rodrigo Lobo Machado, então senhor do palácio homónimo, cujos objectivos consistiam em "explorar, reedificar e embelezar o Castelo desta mesma Vila, tão notável pela sua tradição e antiguidade" e que para tal efeito chega mesmo a realizar um plano das obras a efectuar no monumento, plano esse que nunca será, contudo, implementado.

Entretanto e no quadro da nascente industrialização vimaranense, Alberto Sampaio, ligado à geração de 70 e dando continuidade às preocupações do seu amigo Martins Sarmiento, procurará nas suas diversas obras, e nomeadamente nas Póvoas Marítimas (1890) e nas Vilas do Norte de Portugal (1899), compreender a realidade presente pela explicação do passado, colhendo soluções para o futuro e alargando assim a problemática patrimonial, ao privilegiar na sua proposta de reconstrução nacional, a cultura popular, o fomento agrícola, a industrialização e formação duma opinião pública esclarecida. Neste contexto ajudará a promover, em 1882, a criação da Sociedade Martins Sarmiento, com objectivos sociais e culturais alargados e cuja tarefa primordial era "proteger e encorajar a educação popular do concelho", encorajando também o lançamento, em 1884, do seu órgão científico, a Revista de Guimarães, para dinamização e divulgação da actividade cultural concelhia.

Com o objectivo de relançar uma industrialização nascente, e com significativo valor patrimonial local, mas já em dificuldades, inaugurar-se-á, também em 1884 e ainda com a colaboração de Alberto Sampaio, a 1ª Exposição Industrial do Concelho de Guimarães, realizada no palácio Vila-Flor, onde se ilustram as suas potencialidades e carências, resultantes da falta de tecnologia, equipamentos e organização. A então ainda cidade histórica modernizar-se-ia entretanto, após a consolidação do Liberalismo e até final do século, com a criação de novas condições de vida urbana propiciadas pela instalação da iluminação a gás e da intercomunicação telegráfica, pelo reordenamento das suas estradas de acesso e ligação à rede ferroviária nacional e ainda pela criação de dois teatros e duma escola comercial e industrial.

Ao longo do século XIX pode pois verificar-se, no contexto urbano vimaranense, um posicionamento patrimonial simultaneamente tripartido: por um lado permanece uma atitude demolidora ilustrada pelo prosseguimento da destruição das muralhas e suas torres e agora também das "alpendradas" e de algumas igrejas; por outro lado transparece uma posição conservadora, demonstrada na manutenção do castelo e na criação de uma comissão para a sua defesa, no restauro inaugural da igreja de S. Miguel, na referência de Herculano à redecoração da igreja de Nª Srª da Oliveira, na criteriosa sensibilidade urbana do plano de Almeida Ribeiro e na expressão arcaizante das fachadas dos hospitais das duas ordens terceiras; por outro lado ainda, detecta-se já, então, um alargamento e um aprofundamento da problemática patrimonial, em resultado da acção de Martins Sarmiento e do papel desde logo assumido pela arqueologia e da intervenção de Alberto Sampaio e da relevância entretanto protagonizada pelo artesanato, indústria e cultura popular.

Para além da produção literário-científica de Martins Sarmiento e de Alberto Sampaio, a que já nos referimos, importará relevar também um conjunto de outros trabalhos impressos ao longo do século XIX que abordam o património arquitectónico vimaranense com apoio nas então nascentes ciências auxiliares da história, embora apenas na perspectiva da sua componente monumental e numa abordagem quási sempre genérica. Com âmbito alargado à totalidade do país, mas possuindo específicas e desenvolvidas referências a Guimarães, é imprescindível citar as *Cidades e Villas* (1860), de Vilhena Barbosa, o *Portugal Antigo e Moderno* (1874), de Pinho Leal e a *Archeologia Christã* (1900), de Albano Bellino. Dum ponto de vista já monográfico convém referir, antes do mais, a obra essencial do Pe. Ferreira Caldas, *Guimarães - Apontamentos para a sua História* (1881), não esquecendo também a erudita e vasta produção do abade de Tagilde, Pe. João G. Oliveira Guimarães, de que se refere a título do exemplificativo a *Vimaranis Monumenta Histórica* e o artigo *A Villa do Castelo* (1898); de citar também a curiosa memória descritiva que acompanha o plano de Almeida Ribeiro, que Alves de Oliveira divulgará em 1985, e de referir ainda o papel cultural essencial doravante protagonizado pela *Revista de Guimarães* (1884).

- No início do século XX desejava a câmara alargar a cidade "proporcionando novos lugares onde se edificasse em condições sadias", o que só se verificará um pouco mais tarde; procurava-se por outro lado melhorar a imagem que ela proporcionava ao visitante, propondo-se para tal, em 1911, a reformulação do largo do Toural e em 1916 a construção de um parque envolvente do castelo e do paço ducal. Ainda, e em nome de uma consciência patrimonial nascente, determina a autarquia a alteração dum conjunto de projectos urbanos realizados em 1914, nos aspectos "...que feriam o character e a fisionomia do velho burgo". Entretanto, e na sequência de legislação promulgada entre 1911 e 1917, evita-se o abandono a que estavam votados os bens artísticos e culturais da Igreja, recolhendo parte deles na Sociedade Martins Sarmento, que acolherá também o tesouro da Oliveira e integrando o arquivo da Colegiada na biblioteca municipal.

Em 1923 considerava a autarquia que "a cidade asfixiava dentro das vielas que eram ruas, há séculos" e que "a câmara e restantes instalações públicas estavam péssimamente instaladas...". A resolução desta dupla carência conduzirá quer à realização do Plano de Expansão da Cidade que o capitão Luis de Pina, que poderá ter conhecido a obra de C. Sitte, desenhará sob a clássica e neoclássica forma de pata de ganso lateralmente associada a uma malha de quarteirões rectangulares, articulando e dando continuidade nesta expansão à cidade pré-existente sem com ela, contudo, interferir e sensibilizando - a à envolvente próxima, que incluía o castelo, o convento da Costa e a eminência da Penha, quer à execução dos novos paços do concelho, a implantar na praça principal prevista neste plano, que Marques da Silva projectará na convicção de que a construção deveria representar "a síntese das tradições históricas da cidade e ao mesmo tempo marcar a sua feição individualista".

Este mesmo arquitecto assinalará ainda, qualitativamente, as significativas mudanças então em curso na urbe com outras obras nela realizadas, ora assumindo idêntica atitude historicista, como na sociedade Martins Sarmento, ora assumindo, alternativamente, um posicionamento topológico, como no Santuário da Penha. Por outro lado, e no quadro da implementação do plano de Luiz de Pina, realizar-se-á o primeiro dos muitos "pastiches" efectuados, pouco depois, pela Ditadura Nacional e que consistiu na invenção de um cotovelo no pano nascente da muralha, onde se praticou uma falsa porta para serviço da cerca do convento de Sta. Clara, aquando da construção, em 1925, da rua de Nuno Álvares, que o passará a delimitar a norte.

Durante a República e até finais dos anos 20, parece manter-se, na área urbana de Guimarães e na continuidade dos procedimentos do séc. XIX, não só uma posição patrimonial conservadora, traduzida na recolha e controle dos bens da Igreja e na alteração do conjunto de projectos urbanos efectuados em 1914, como também e em simultâneo, uma atitude demolidora, ilustrada pelas inconvenientes, consequências locais que provocaria a execução da proposta de criação do parque envolvente do castelo e paço ducal, só mais tarde verificadas e pela destruição parcial do pano nascente da muralha. Por

outro lado se o “pastiche” da porta medieval da rua Nuno Alvares preanunciará procedimentos sistemáticos semelhantes durante a Ditadura Nacional, a articulação e continuidade urbanas e a alternativa de expansão urbanística protagonizadas pelo plano de Luiz de Pina relativamente à cidade antiga, apontam, inauguralmente, para uma consciencialização da existência dum centro histórico e do seu valor patrimonial.

Até à consolidação do Estado Novo pode verificar-se também uma mesma preocupação com o património arquitectónico vimaranense em alguma da produção literária contemporânea, mas tratando-o, como no séc. XIX, apenas duma perspectiva monumental, embora numa abordagem agora mais monográfica ou aprofundada e, cientificamente mais alicerçada, como é, nomeadamente, o caso de O Concelho de Guimarães (1907) e os Subsídios Vários para a História Vimaranense no Tempo do Prior do Crato (1929), de João Monteiro Meira, dos Apontamentos para a História do Concelho de Guimarães e da Peregrinação pelo Termo de Guimarães, de Eduardo de Almeida, dos Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga (1929), do monsenhor José Augusto Ferreira, e dos diversos textos de Luiz de Pina, com destaque para Vimaranes (1929) e o Castelo de Guimarães (1933):

De relevar ainda, e no quadro do simultâneo debate sobre a expansão da cidade, que conduziu à realização do plano de Luiz de Pina, duas significativas publicações da autarquia, a Proposta Apresentada pelo Presidente da Comissão Executiva (1916), então Mariano Felgueiras, e O Alargamento da Cidade e os Novos Paços do Concelho / Gerência de 1923 - 25, não esquecendo também a interessante e esclarecedora memória descritiva redigida por Marques da Silva a propósito do projecto dos novos paços municipais. Importará, finalmente, nomear também o lançamento, em 1924, da revista Gil Vicente, publicação politico-cultural de orientação integralista, fundada por D. José Ferrão e Manuel Alves de Oliveira, que ao longo de meio século assumirá significativo papel no contexto cultural vimaranense, nela se iniciando a actividade literária do seu segundo fundador.

- Já sob o Estado Novo logo se criará, em 1928 e por iniciativa de Alfredo Guimarães, o museu regional Alberto Sampaio, restaurando-se entretanto o claustro românico da colegiada da Oliveira onde o mesmo se instalará e ali se recolhendo as obras de arte daquela e doutros conventos vimaranenses; pouco depois, em 1931, será estabelecido o arquivo municipal Alfredo Pimenta onde ficará depositada a valiosa documentação paleográfica da mesma colegiada. Mais tarde, em 1936, e em comunicação apresentada ao 1º Congresso Nacional de Turismo, defenderá aquele autor, com afinco, a grande qualidade e quantidade de recursos arqueológicos, arquitectónicos, artísticos e bibliográficos vimaranenses elaborando pouco depois, já no quadro das Comemorações Centenárias de 1940, um Guia de Turismo de Guimarães, ainda hoje uma das melhores publicações do género, onde, para além de referir apenas o habitual conteúdo monumental da cidade descreve também "...velhos lugares, velhas casas e costumes de gente



alimentada pelo espírito forte e seguro da tradição..."; Alfredo Guimarães publicará ainda, no quadro duma vasta produção literária, e dentre outras obras, o Mobiliário Artístico de Guimarães (1935) e, mais tarde, o de Lamego.

Num mesmo quadro de preservação patrimonial e sob proposta da Sociedade de Defesa e Propaganda de Guimarães, efectuada em 1931, criará a autarquia uma comissão de estética, urbana, com o objectivo de "submeter à sua jurisdição todos os projectos que visem alterar quaisquer edifícios com carácter arquitectónico ou a estrutura geral da cidade". Esta comissão, a que se ficará a dever a renovação da rua de Sta. Maria, uma acção à época inédita no país e a que nos referiremos adiante, era constituída em 1939 por A. Vieira Braga, Alfredo Guimarães, António de Azevedo, Luiz de Pina e Arq. José António Sequeira Braga.

O grande objectivo da Ditadura Nacional, numa perspectiva patrimonial, será o da recuperação e valorização dos edifícios e espaços públicos mais representativos de cada cidade, numa clara alusão e promoção do seu passado histórico. Neste quadro se iniciará em Guimarães, logo em 1932, o restauro do Castelo, em 1937 o do paço dos ducal, este da autoria de Rogério de Azevedo e recuperando-se então também a igreja de S. Miguel, sempre com base em princípios de reconstituição arqueológica conjectural e de purificação estilística ou seja, de reconstrução das edificações com base em factos históricos tidos como credivéis e segundo o estilo da época supostamente original, numa linha de actuação inspirada na já então caduca lição de Viollet-le-Duc. Por outro lado, a simultânea criação dum seu parque envolvente, destruindo os restos da antiga vila alta, acentuará o isolamento e descontextualização daquele conjunto monumental, não passando de uma operação de cosmética sem conteúdo, e por isso, diluída pelo andar do tempo, a contemporânea renovação das fachadas das casas da "tradicional" rua de St<sup>a</sup> Maria, também efectuada em 1932. No quadro deste conjunto de recuperações, protestará Mariano Felgueiras da decisão, entretanto assumida, de se desistir da prossecução da construção da nova câmara projectada por Marques da Silva e de a reinstalar no paço ducal, alertando então para o que considerava ser uma "senha de reconstrução de monumentos tão grande, que já nem se quer permitia a construção de novos".

Já no âmbito das Comemorações Centenárias de 1940 procurará otimizar-se também a imagem da cidade quer procedendo ao rearranjo do largo do Toural e da Alameda, quer otimizando-se uma das entradas da urbe, através do rasgamento da avenida Conde de Margaride, quer ainda melhorando-se um dos acessos ao castelo, com a abertura da avenida General Humberto Delgado, acções uma e outra responsáveis pela destruição de significativas malhas urbanas, então consideradas ainda sem qualquer interesse patrimonial e também dum significativo pano amuralhado, no segundo caso.

De referir ainda, que neste significativo conjunto de iniciativas se detecta não só uma alarmante ignorância das importantes contribuições teóricas contemporâneas ou anteriores de Boito, Riegl e Giovannoni, como também das simultâneas recomendações da Carta de

Atenas (1931), subscrita pelo Serviço Internacional de Museus, organismo dependente da então ainda Sociedade das Nações, onde se referia já que “os restauros, quando inevitáveis, deverão respeitar a obra histórica e artística do passado, sem excluir estilos de qualquer época” e que “a utilização dos monumentos deve respeitar o seu carácter histórico e artístico”, acrescentando-se ainda que “devem ser respeitados o carácter e a fisionomia das cidades, sobretudo nas proximidades dos monumentos”.

Na sequência da adopção das conclusões do 1º Congresso Nacional de Arquitectura e das directivas de Duarte Pacheco, elaborar-se-á, em 1949, o Ante-Plano de Urbanização da Cidade de Guimarães, da autoria de Maria José Moreira da Silva e David Moreira da Silva; ao contrário do plano de Luiz de Pina, este ante-plano pretendia abarcar toda a problemática da cidade a fim de aí "instalar ou remodelar, convenientemente, a respectiva ordem urbana ". Do ponto de vista patrimonial, procurava o estudo, patenteando embora uma consciência colectiva do valor histórico da cidade, mas numa opção segregadora e selectiva, propôr apenas a preservação e classificação das áreas consideradas de maior valor arqueológico ou arquitectónico, para documentar o passado da cidade, sacrificando, por ausência da visão integradora recomendada por Boito, Riegl e Giovannoni e, também, pela Carta de Atenas, significativos espaços e edifícios da malha histórica, ali considerados como de interesse menor.

No período que medeia entre 1950 e 1970 o património arquitectónico vimaranense será objecto de uma série de acções paradoxalmente contraditórias, que variaram entre a preservação e valorização de alguns dos seus elementos e a demolição de outros. Assim, e para "embelezamento" do parque do castelo, destrói-se a antiquíssima rua de Sta. Cruz e as construções nela existentes adossadas à muralha, num procedimento similar ao que ocorrera já, aquando das Comemorações Centenárias, relativamente à avenida General Humberto Delgado, arrasando-se, por outro lado, agora na zona baixa da cidade, diversos, antigos e significativos quarteirões residenciais, onde se incluía a igreja de S. Dâmaso, entretanto tristemente deslocada para o campo de S. Mamede, com o objectivo de ampliar a primitiva Alameda, acções uma e outra reveladoras também da total ausência duma visão patrimonial integrada. Entretanto e algo contraditoriamente restauram-se contemporaneamente as igrejas de S. Francisco em 1947, de S. Domingos, em 1962, e da Oliveira em 1970, bem como duas construções tardo-medievais, sitas na rua da Rainha e na praça de S. Tiago, todas segundo os já habituais critérios de purificação estilística e reconstituição conjectural.

Procedia-se ainda deste modo em Guimarães e no país apesar da contemporânea divulgação da Carta de Veneza (1964), elaborada no quadro do II Congresso de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos onde se definia, doutrinariamente, um novo conceito de monumento que passa a integrar “não só a criação arquitectónica isolada como os conjuntos urbanos e rurais representativos de uma civilização particular” acrescentando-se ser objectivo do restauro “conservar e relevar os valores estéticos e históricos do

monumento”, devendo “ser sempre precedido e acompanhado de investigação arqueológica e histórica” e nele se respeitando “as contribuições válidas de todas as épocas da edificação”. Alguns anos mais tarde, e na sequência da Carta de Veneza, a responsabilidade progressivamente assumida pela Unesco no tocante à salvaguarda do património cultural planetário, conduziria à aprovação, por esta instituição, da Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural (1972), que procura estabelecer um sistema eficaz de protecção colectiva do património de valor universal e excepcional, sendo os primeiros doze bens, de sete países, inscritos na respectiva lista em 1978, lista esta que no fim de 1995 incluirá já oito bens nacionais.

Até ao advento da democracia, podem verificar-se, no contexto urbano vimaranense, três posicionamentos simultâneos perante o quadro patrimonial edificado: por um lado reduz-se a atitude simplesmente conservadora, mais característica do Liberalismo e República, que agora transparece apenas da criação do museu Alberto Sampaio, do arquivo municipal Alfredo Pimenta e da Comissão de Estética Urbana; por outro lado emerge e acentua-se uma posição restauradora, já inaugurada na fase anterior com a igreja de S. Miguel do Castelo, mas agora muito ampliada, embora sempre referida apenas, ao património monumental e à edificação isolada em si mesma e tendo por base a purificação estilística, como pode verificar-se nas reintegrações iniciais do Castelo, paço dos Duques e igreja de S. Miguel e posteriores, das igrejas de S. Francisco, S. Domingos e N<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup> da Oliveira; por outro lado ainda, e por clara desadequação cultural dos responsáveis pela salvaguarda patrimonial, permanece uma atitude demolidora que, em nome de uma perspectiva monumentalista, sacrifica elementos arquitectónicos e malhas urbanas de enquadramento e envolvimento, por eles consideradas carentes de significado histórico e de dignidade, em clara contradição com as directivas das Carta de Atenas e de Veneza, como pode verificar-se no rasgamento das avenidas do Conde de Margaride e do General Humberto Delgado, na destruição da rua de Santa Cruz e dos quarteirões da baixa que incluíam a Igreja de S. Dâmaso e como parece suceder, também, na opção segregadora de preservação patrimonial assumida no Ante-Plano de Urbanização do casal Moreira da Silva. Importará contudo referir a propósito, e ainda neste contexto, quer a assunção excepcional de uma atitude patrimonial alargada ao tecido e vida urbanas, definida, na linha de Martins Sarmiento e Alberto Sampaio, na diversificada acção cultural de Alfredo Guimarães, quer o emergir inaugural da consciência da necessidade de implementar a criação de novo património, em paralelo com a salvaguarda, do pré-existente patente na acção autárquica de Mariano Felgueiras.

Sob o Estado Novo e em simultâneo com a intensa actividade restauradora entretanto empreendida, surge, para além de Alfredo Guimarães, uma pleiáde de escritores que se debruçam sobre a problemática patrimonial arquitectónica, agora numa perspectiva que procura consolidar-se cientificamente e ultrapassar o restrito âmbito monumental, alargando--se também a aspectos sócio-culturais dessa problemática. Desde logo

importará referir a extensa, polémica e culta actividade literária de Alfredo Pimenta, as obras essenciais de A. L. de Carvalho, nomeadamente os Mesteres de Guimarães (1941-46) e Guimarães dos Tempos Idos (1947), os trabalhos fundamentais de Alberto Vieira Braga, com destaque para as Curiosidades de Guimarães (1943-53-59) e para A Administração Seiscentista do Município de Guimarães (1953) e bem ainda a vasta produção de Mário Cardoso, que não só orientada para a arqueologia, sem esquecer também os estudos de António de Azevedo e João Lopes Faria, dentre tantos outros.

Em 1933, Alberto Pimenta fundará, de novo com Manuel Alves de Oliveira, o Boletim de Trabalhos Históricos, que assumirá, a partir de então, um relevo significativo na divulgação da cultura vimaranense, que o segundo fundador dinamizará sózinho, após o dobrar do século, ali publicando muito dos seus trabalhos de investigação histórica. Por outro lado, e agora a propósito da elaboração do Ante-Plano de Urbanização da Cidade redigirá o casal Moreira da Silva uma interessante e fundamentada memória descritiva e justificativa do estudo, o mesmo ocorrendo com Rogério de Azevedo que, no quadro do restauro do paço ducal e no contexto de acesa polémica mantida com Alfredo Pimenta, escreverá o Despropósito a Propósito do Paço dos Duques de Guimarães (1942), debruçando-se também sobre a problemática histórica suscitada por este edifício em O Paço do Conde D. Henrique e o Paço dos Duques de Guimarães (1942).

- Após a Revolução de Abril e no âmbito das preocupações da Carta de Veneza, os importantes vestígios das diversas épocas existentes no convento de Sta. Marinha da Costa, permitirão realizar, na sua adaptação a pousada, efectuada em 1975 por Fernando Távora, uma experiência modelar de diálogo entre a investigação arqueológica e a projectação arquitectónica, a que estava subjacente a convicção de que tão importante como a origem do edifício seria a sua própria vida. O critério utilizado, talvez de forma inaugural entre nós, na renovação da construção assentou na ideia de contribuir para a prossecução da já longa vida do edifício, conservando e reafirmando os seus espaços mais significativos e criando novos espaços de qualidade, resultantes dos novos condicionalismos programáticos, com base numa atitude projectual que mais pretendia afirmar semelhanças e continuidades do que acentuar diferenças e rupturas. Subjacente a tal critério estava, naturalmente, um conhecimento rigoroso da evolução e dos valores da edificação obtida através dos dados da arqueologia e da história, e uma atitude criativa assumida quer na avaliação de tais valores, quer na elaboração do processo da sua transformação.

Entretanto, a progressiva sedimentação nos diversos países, do significado cultural do património arquitectónico e do seu enquadramento histórico ou tradicional, realizada no quadro de uma filosofia europeia de salvaguarda, conduzirá, em simultâneo com o início da renovação do convento da Costa, à elaboração, no seio do Conselho da Europa, da Carta Europeia do Património Arquitectónico (1975), onde por um lado, se confirma que aquele

património "é formado não somente pelos nossos monumentos mais importantes, mas também pelos conjuntos que constituem as nossas cidades antigas e as nossas aldeias tradicionais, integradas nos seus ambientes natural e construído" e por outro se reconhece que só uma "conservação integrada" dos bens patrimoniais permitirá atingir resultados satisfatórios; importará pois que conservação seja "um dos objectivos prévios dos estudos de planeamento urbano e regional", resulte "da acção conjugada das técnicas de restauro e procura de funções apropriadas" e exija "a disponibilização de meios jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos". Em reforço das recomendações desta carta, realizar-se-á, logo a seguir e também no seio do Conselho da Europa, o Apelo sobre Arquitectura Rural e Ordenamento do Território (1976), onde se recomenda que a salvaguarda deste património e da paisagem que o sustenta se efectue também com base na "conservação integrada", agindo sobre as estruturas físicas, a fixação humana, a criação de emprego e a "articulação de actividades diversificadas tais como a agricultura tradicional, o artesanato, as mini-indústrias e as actividades de lazer."

Será precisamente nesta perspectiva de preservação global e crítica que Fernando Távora realizará, em 1979, o Plano Geral de Urbanização de Guimarães, na sequência do significativo aumento e pulverização urbanas entretanto ocorridos na cidade desde o estudo do casal Moreira da Silva, e face à necessidade de a transformar num todo coerente, estruturando-a, definindo áreas de expansão e estabelecendo sentidos de desenvolvimento; o plano, que abrangia uma problemática muito vasta, ultrapassando a das questões patrimoniais, reconhecendo embora a existência duma certa consciência colectiva sobre o valor e o significado da cidade, verificava todavia que a área urbana era um processo descontínuo com sectores antigos de grande qualidade e zonas recentes de grande banalidade. Neste contexto propõe-se nele uma visão qualificadora que se não restrinja apenas a monumentos, edifícios de arquitectura erudita ou mesmo a conjuntos urbanos ou rurais com interesse, mas antes se alargue no espaço e no tempo, bem como no próprio significado do seu conceito, a toda a área citadina; para tal efeito sugere-se a preservação de outros valores que não edifícios, propondo-se sinteticamente, e como se pode verificar no seu regulamento, que toda a área urbana seja considerada como um "valor cultural", com base no princípio de que " a defesa dos valores patrimoniais não é nunca um acto passivo de receber e conservar, mas um acto criativo de conceber".

O alargamento da noção de património arquitectónico e a sua aplicação numa perspectiva urbana, que F. Távora pôs em prática neste plano, articula-se plenamente com a Recomendação para a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e sua Função na Vida Contemporânea (1976), realizada pouco antes no quadro da Unesco, onde se clarificam os significados dos conceitos de "conjunto histórico e tradicional" e de "salvaguarda", nela se caracterizando o primeiro como "uma fixação humana, em meio urbano ou rural, cuja coesão e valor são reconhecidos dos pontos de vista arqueológico, arquitectónico, pré-histórico, histórico, estético ou sócio-cultural" e definindo-se a noção de "salvaguarda" como

“a identificação, protecção, conservação, restauro, reabilitação, manutenção e revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais (...) e do seu tecido social, económico e cultural”.

A progressiva consciencialização da necessidade de defender, estudar e divulgar o património natural e construído da cidade e do concelho levará, em 1981, um reduzido mas dinâmico grupo de vimaranenses, a constituir uma associação cívica - A Muralha - com o objectivo de contribuir para a sensibilização e reconhecimento públicos não só da importância da conservação desses ricos valores patrimoniais, em permanente risco de degradação e destruição, como também da indispensabilidade da permanente criação de novos valores do mesmo tipo; actualmente já com cerca de trezentos sócios, tem A Muralha vindo a estabelecer uma ponte entre as intervenções municipal e privada, ao dinamizar de então para cá a preservação, valorização e criação do património local, quer através de inúmeras intervenções públicas de denúncia, protesto ou alerta, efectuadas na imprensa, rádio e televisão, quer através de diversificadas actividades como sejam, e dentre outras, a organização de visitas guiadas, colóquios, conferências e exposições, a realização de inquéritos e levantamentos, a produção de vídeos e dum boletim periódico, a aquisição e classificação de clichés antigos e bem ainda a divulgação de publicações da especialidade. De acrescentar que um dos aspectos que sempre têm preocupado A Muralha, o da preservação dos espaços naturais e naturalizados, encontrará também eco, logo no ano da sua fundação, na Carta de Florença (1981), elaborada pelo Icomos no quadro de novas preocupações patrimoniais, agora relativas à salvaguarda dos jardins históricos, nela se definindo critérios para a sua conservação, restauro e valorização, naturalmente diferentes dos dos restantes monumentos arquitectónicos.

Entretanto, a necessidade pressentida dum controle urbano que ultrapassasse o das áreas mais consolidadas e já planeadas e atingisse a restante e maioritária mancha do território concelhio, de urbanização dispersa e espontânea e sem instrumentos de ordenamento nem propostas de gestão, conduzirá, em 1983, á elaboração das Normas Provisórias do futuro Plano Director Municipal, da responsabilidade de Nuno Portas e posteriormente a partir de 1990, á realização deste, agora sob a coordenação de Miguel Frazão. Em simultâneo com a elaboração das Normas Provisórias, e por razões semelhantes às que conduziram à sua realização, adoptará o Conselho da Europa, no mesmo ano, a Resolução Relativa à Arquitectura Contemporânea (1983), onde se assume um certo desencanto face a um período de acelerado desenvolvimento citadino que provocou, na generalidade dos meios urbanos europeus, um acréscimo repentino de construções novas desprovidas de qualidade arquitectónica e desfasadas do quotidiano das populações, nela se recomendando, como alternativa, “a necessidade de integrar as construções contemporâneas, humanizadas e de qualidade, nos conjuntos arquitectónicos existentes, a fim de se assegurar uma certa continuidade na tradição arquitectónica”, preocupação esta que constituirá também uma das vertentes do novo Plano Director Municipal.

Este importante documento urbanístico, que visava, para além duma proposta de ocupação do solo, a definição de critérios de desenvolvimento sócio-económico e dum programa estratégico de intervenção municipal, preconiza também, e pese embora o seu larguíssimo âmbito, a qualificação paisagística, arquitectónica e patrimonial da totalidade da área concelhia. Assim, as condicionantes e o ordenamento urbano nele previstos definem áreas de reserva agrícola, ecológica e outras, padronizam tipos de edificação nova, estabelecem zonas de protecção a imóveis e conjuntos já classificados ou a proteger, bem como zonas de salvaguarda estrita, preconizando ainda a posterior realização de planos de urbanização ou de pormenor, previstos no quadro de pré-definidas Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, tudo em reforço de uma desejada e indispensável qualificação ambiental integrada.

Três anos antes de se iniciar a elaboração do Plano Director Municipal o Icomos produziria a Carta de Salvaguarda das Cidades Históricas (1987), onde se reconhece que estas estão a ser alteradas “no seu carácter cultural, social e mesmo ecológico”, propondo-se medidas de actuação para esse efeito e reconhecendo-se, por outro lado, que sua salvaguarda devia, para ser eficaz, não só “fazer parte integrante de uma política coerente de desenvolvimento económico e social e ser tida em conta nos planos de ordenamento e planos urbanísticos” como também “abarcas as relações da cidade com o seu meio envolvente, natural ou humanizado”, tentando preservar “as vocações diversas da cidade adquiridas ao longo da sua história”. Antecipando-se ás preocupações latentes nesta carta e no contexto da elaboração das Normas Provisórias do P.D.M., criará a autarquia, por sugestão de Nuno Portas, também em 1983, o Gabinete do Centro Histórico, mais tarde designado como Gabinete Técnico Local (G.T.L.), face às entretanto verificadas degradação e perversão funcionais dos seus espaços públicos, caducidade da sua parca infraestrutura básica existente, decadência progressiva do seu núcleo edificado e depreciação consequente da sua população residente.

A acção reabilitadora do G.T.L., orientada quási desde a sua criação por Alexandra Gesta, partirá, metodologicamente, da requalificação dos espaços públicos e da recuperação dos edifícios municipais, acções umas e outras consideradas como indutoras de renovação da construção privada, renovação esta a que o gabinete prestará apoio técnico, e realizar-se-á com base numa articulação entre as intervenções públicas e as iniciativas privadas sob dinamização da própria autarquia. Assume-se, neste quadro, que a intervenção no Centro Histórico não tem como objectivo último apenas a recuperação da área urbana nele integrada, antes devendo provocar a reabilitação formal e funcional da cidade envolvente, ou seja, a salvaguarda daquele centro deverá induzir, por extensão, contágio e exemplaridade, processos semelhantes, não só nas restantes áreas antigas do concelho, como também influenciar e estimular o desenho das suas novas áreas urbanas, em ordem a uma qualificação integrada das forma e quotidiano da cidade.

Entretanto, e ao nível dos espaços públicos procederá o G.T.L., dentre outras acções, à requalificação das ruas Gravador Molarinho, Dr. Avelino Germano, Nuno Álvares Pereira, Tulha e Escadinhas da Alameda, bem como à renovação da praça de S. Tiago e largo da Câmara, estas sob desenhos de F. Távora acessorados pelo gabinete e ainda dos largos da Condessa do Juncal e João Franco, segundo projectos do mesmo architecto. Por sua vez e no que concerne a edifícios municipais promoverá o G.T.L. a recuperação das suas próprias instalações na rua Nova, ainda sob orientação de F. Távora, da biblioteca municipal, dos postos de Turismo da Alameda e da praça de S. Tiago, da albergaria de S. Crispim, da Casa dos Pobres, da associação A Muralha e de alguns espaços interiores da Câmara Municipal, projectando também uma fonte para a rua de S. António, algum mobiliário urbano e as instalações sanitárias da praça de S. Tiago e da Alameda; importará não esquecer também, e no quadro da sua acção, a importantíssima tarefa de acompanhamento e controle dum extenso número de projectos de iniciativa privada, levados a efeito na sua área de intervenção e, também, fora dela.

No quadro de preocupações latentes na acção do G.T.L., desde a sua criação, aprovará o Icomos, alguns anos depois, a Carta Internacional para a Gestão do Património Arqueológico (1990), onde se reconhece, no contexto da evolução dos conceitos definidores do património architectónico, a utilidade dos inventários, a necessidade de articulação da salvaguarda do património arqueológico com o ordenamento do território, a defesa dos princípios da “conservação integrada” e a participação activa das populações; na sequência desta carta, adoptará o Concelho da Europa, algum tempo depois, a Convenção de Malta (1992) onde se estabelecem princípios básicos de preservação, se preconiza o inventário e o intercâmbio de informação científica e se encoraja a cooperação entre estados em matéria de identificação e autenticação, acções estas que têm constituído prática corrente do G.T.L.. Por outro lado, a intervenção deste gabinete tem-se pautado, também, por uma identificação plena com os conteúdos da Convenção para a Salvaguarda do Património Architectónico da Europa (1985) assumida pelo Conselho da Europa mas só ratificada por Portugal em 1991, onde se retoma a definição de património já expressa na Convenção para a Salvaguarda do Património Mundial, Cultural e Natural (1972), mas agora alargada também aos bens “com interesse social ou técnico”, convenção essa que esteve na base da Lei do Património Cultural Português (Lei 13/85 de 6 de Julho), onde se enquadra, legalmente, a acção do Gabinete Técnico Local Vimaranesse.

Na sequência dos objectivos do P.D.M. e das intenções do G.T.L., e já assumido como uma extensão significativa da intervenção em curso no Centro Histórico foi, terminado recentemente, pelo autor deste texto, o Plano de Pormenor da Zona de Couros, grande área de caótica urbanização delimitada a norte por aquele centro e a sul pelo caminho de ferro, onde se situa um assinalável e interessante conjunto de velhas fábricas de curtumes e que já na idade média era designado como os Pelames; este plano visava, integradamente, recuperar e complementar núcleos de habitação burguesa, operária e manufacturas de



transformação de couros, preservar construções de interesse patrimonial, rematar conjuntos edificados recentes e consolidados, incorporar construções já previstas, significativos equipamentos e novas habitações e finalmente, reequacionar os espaços públicos existentes em articulação com os, entretanto, propostos.

Neste alargado contexto preconiza o estudo, e ao nível dos equipamentos da área de intervenção a edificação de uma escola C+S (entretanto executada com base num desadequado projecto-tipo) associada a um pavilhão gimno-desportivo, a criação de um terminal ferroviário, incluindo a renovação da estação pré-existente, a readaptação do palácio de Vila-Flor a museu da Cidade e a criação de uma estufa fria nos seus jardins, a recuperação do teatro Jordão articulada com a construção de um edifício complementar destinado a actividades culturais, comerciais e estacionamento e bem ainda a readaptação de três velhas fábricas de curtumes e uma antiga residência patronal, para museu da Industria (núcleo dos Curtumes), centro de apoio à Juventude e pousada da Juventude, centro de Solidariedade Social e reserva para um outro, ainda não programado, equipamento sócio-cultural; dentre os arranjos dos espaços públicos previstos no plano importará destacar o futuro significado urbano do proposto para as frentes do convento e Hospital de S. Francisco sobre a Alameda.

Ainda no quadro das intenções do G.T.L. e das recomendações do P.D.M. e também como ampliação assinalável da intervenção no Centro Histórico, executa neste momento, Álvaro Siza, o Plano da Zona Envolvente do Paço dos Duques de Guimarães e do Campo de S. Mamede, estudo de um grau de especificidade e complexidade excepcionais, face à carga simbólica e à qualidade formal do ambiente a transformar e que visa não só encontrar pontos de interesse alternativos ou complementares aos dos monumentos ali localizados, cuja atracção parece ser insuficiente para um espaço de lazer privilegiado, como também, com base na criação desses novos pontos de interesse, garantir a indispensável requalificação do sector norte da ex-cidade intra-muros. Como complemento e consolidação das intenções deste plano, iniciou já também o mesmo arquitecto, a elaboração dos projectos de uma casa de chá, a implantar na área ajardinada em socacos sita a sul do paço ducal e de um parque de estacionamento subterrâneo, a localizar sob a praça da Mumadona, para apoio dum futura utilização otimizada do conjunto monumental e do sector norte do Centro Histórico. Ainda no mesmo quadro de intenções e recomendações têm vindo a ser levadas a efeito, de algum tempo a esta parte, das ultimas acções, agora realizadas num quadro concelhio e sob a responsabilidade directa da autarquia: a primeira concerne ao restauro de igrejas e arranjo dos respectivos adros, também entendidos como ponto de partida para o controle dos núcleos rurais ou sub-urbanos envolventes; a segunda respeita às prospecções arqueológicas entretanto efectuadas ou em curso, ora em articulação com o arranjo de espaços exteriores da cidade e de outros aglomerados concelhios, ora como base de futuras obras de recuperação.

Entretanto, e no quadro da Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural (1972) contava a lista da Unesco, em 1995, com 440 bens inscritos, dentre os quais, naturalmente, já alguns portugueses. Em Dezembro de 1996 esta lista inscreveria nove bens nacionais: o mosteiro da Batalha, o convento de Cristo, o mosteiro de Alcobaça, o mosteiro dos Jerónimos, a torre de Belém, o centro histórico de Évora, a cidade de Angra do Heroísmo, a paisagem cultural de Sintra e o Centro Histórico do Porto, propondo-se agora a inclusão do Centro Histórico de Guimarães, neste rol de monumentos considerados como Património Mundial.

Assim, a partir de 1974 e com a progressiva consolidação do regimen democrático, pode verificar-se no contexto urbano vimaranense, e graças à implementação de um significativo conjunto de iniciativas, uma profunda alteração do anterior e deformado enfoque sobre a problemática suscitada pela identificação e salvaguarda do património arquitectónico e urbano vimaranense. Desde logo, as propostas efectuadas por F. Távora no Plano Geral de Urbanização de Guimarães, que a Carta Europeia do Património Arquitectónico confirmará, muito contribuíram para a consideração de que a totalidade daquela área urbana fosse entendida como um valor cultural, o que pressupunha a sua preservação e recuperação de modo critico, mas de forma global. Também na renovação do Convento da Costa, F. Távora fixará, inovadoramente, uma atitude face à sua recuperação, em estrita consonância com a Recomendação para a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e sua Função na Vida Contemporânea, ali defendendo o diálogo entre as investigações projectual e arqueológica e a necessidade de se garantir nesta, uma efectiva continuidade entre as velha e nova arquitecturas. Por outro lado, a criação de associações cívicas como A Muralha divulgarão, através de acções e intervenções diversas, os novos conceitos de património urbano global, com ênfase para os espaços naturalizados, na senda das recomendações Carta de Florença e a ingente necessidade de criação de novo património.

Na elaboração e posterior gestão do Plano Director Municipal e das Normas Provisórias que o antecederam procurar-se-á alargar, em consonância com a Resolução Relativa a Arquitectura Contemporânea, uma desejada qualificação patrimonial, nos seus aspectos paisagísticos, arquitectónicos e urbanos, agora à totalidade da área concelhia, através da criação de áreas de reserva, protecção e salvaguarda, da padronização de critérios edificatórios e da elaboração de planos a escalas mais reduzidas. Alternativamente, e em antecipação às directivas da Carta de Salvaguarda das Cidades Históricas a acção do Gabinete Técnico Local, também plenamente identificada com a Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa, permitirá requalificar muitos dos espaços públicos da cidade e recuperar inúmeros edifícios municipais, provocando, por outro lado, uma intensa reabilitação da construção privada segundo critérios de intervenção onde se assumem as directivas da Carta Internacional para a Gestão do Património Arqueológico e da Convenção de Malta.

Finalmente e num quadro de alargamento e indução da problemática colocada pela identificação e salvaguarda do património arquitectónico vimaranense, preconizados respectivamente pelo P.D.M. e pelo G.T.L., amplia-se a intervenção a uma área urbana industrial, a zona de Couros, e a uma zona citadina monumental, o campo de S. Mamede e parque do Castelo, ambas vizinhas do Centro Histórico; no primeiro caso, proporá o estudo já realizado, a reutilização de antigas indústrias e edifícios significativos como equipamentos, a dinamização da recuperação e edificação de construções privadas e o arranjo dos espaços públicos e no segundo, preconizará o plano em curso, a criação de pontos de interesse alternativos e a revisão dos já existentes, com destaque para a criação de novos equipamentos que redinamizem a vivência da área monumental.

Em paralelo com a emergente transformação dos critérios de salvaguarda patrimonial importará registar, do ponto de vista da contemporânea produção literária, que assume agora, um posicionamento alternativo alargado, aprofundado e integrado relativamente a esta problemática, desde logo a anterior e simultânea investigação histórica efectuada por Manuel Alves de Oliveira, de que se releva A Toponímia da Cidade (1959-61), a História da Real Colegiada de Guimarães (1978) e A Cidade de Guimarães no Século XIX, num Plano de Urbanização (1985). Sem esquecer a vasta produção histórica de A. de Almeida Fernandes, de que se cita A Burguesia Vimaranense nos Séculos XII e XIII, justo será referir também quer os estudos histórico-geneológicos e arquitectónicos efectuados por Maria Adelaide Pereira de Moraes, nomeadamente, as Velhas Casas ( a partir de 1963) e Guimarães, Terra de Santa Maria (1978) quer a acção divulgadora de José M. Gomes Alves, demonstrada no Património Artístico e Cultural de Guimarães (1981 e 1984). Não poderá, num contexto patrimonial arquitectónico, deixar de se relevar importantes fontes de informação como as Actas do Congresso Histórico de Guimarães e da sua Colegiada (1981) e a obra Guimarães, do Passado e do Presente (1985), onde colaboraram Fernando Távora, Joaquim Vieira, José Maria Moura Machado, Manuel Alves de Oliveira, Maria Adelaide Moraes, Santos Simões e Miguel Frazão, constituindo falha grave ignorar a Monografia de Guimarães e seu Termo (1984) de António Lino e não relevar a interessante investigação inaugural sobre a história urbana vimaranense, realizada por Maria da Conceição Falcão Ferreira em Uma Rua de Élite na Guimarães Medieval / 1376-1520 (1989).

Não sendo possível citar neste texto os autores que referem pontualmente nas suas obras elementos ou aspectos do património arquitectónico e urbano de Guimarães, útil será todavia nomear alguns historiadores não vimaranenses que o referem extensa, ou insistentemente, nos seus trabalhos, como é o caso de Flávio Gonçalves, Carlos Alberto Ferreira de Almeida, A. H. de Oliveira Marques, Avelino Jesus da Costa, José Mattoso, Pedro Dias, José Marques, Aurélio de Oliveira, Paluo Pereira, António Cardoso, Mário Barroca e José Custódio Vieira da Silva, dentre outros, involuntariamente esquecidos; de acrescentar ainda, e a propósito, que muito há a esperar, duma perspectiva patrimonial, do

conteúdo das Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães / D. Afonso Henriques e a sua Época, de momento ainda no prelo. Em contexto algo diferente importará referir também os textos doutrinários inaugurais redigidos por F. Távora a propósito do Convento da Costa e do Plano Geral de Urbanização de Guimarães, os interessantes e polémicos artigos de N. Portas, elaborados na sequência da experiência urbana colhida na realização das Normas Provisórias do P.D.M., a extensa e profunda memória descritiva escrita e/ou cordenada por Miguel Frazão no quadro da implementação deste plano e bem ainda os diversos e inovadores textos redigidos por Alexandra Gesta a propósito da intervenção do Gabinete Técnico Local.

A perspectiva que acabamos de efectuar demonstra, ao longo dum extenso periodo temporal, a progressiva qualificação e o indispensável aprofundamento quer dos conceitos de Património Urbano e Arquitectónico quer dos critérios para a sua Salvaguarda quer ainda da necessária articulação destes conceitos e critérios com os da criação de novo Património de idêntico género, no quadro da evolução da Cultura Ambiental Vimaranense.

Embora do ponto de vista arquitectónico e urbano, as acções de salvaguarda integrada do património existente e de criação qualificada de novo património, se tenham centrado, a partir da Revolução de Abril, sobretudo na zona do Centro Histórico, tende hoje a verificar-se, o seu indispensável extravasamento não só para áreas urbanas que o envolvem, imediatamente, com o também para núcleos pontuais do contexto concelhio. Restará ainda, todavia, como ingente e indispensável tarefa futura, estender à totalidade do riquíssimo território vimaranense as mesmas acções de salvaguarda integrada e de criação qualificada de património arquitectónico e urbano, o que pressuporá, não só uma optimização e dinamização efectivas das recomendações contidas no Plano Director Municipal, como também uma ampliação e aprofundamento, reais, das intenções subjacentes à acção do Gabinete Técnico Local. Por outro lado e para que este alargamento patrimonial se possavir a processar com êxito, importará assumir-se, desde logo, quer que o território concelhio é um "valor cultural", como de há muito defende F. Távora, quer que "a luta patrimonial também se resolve na periferia" como sempre refere N. Portas. De realçar, por outro lado, que este alargamento deverá, em nossa opinião, considerar, e ainda segundo F. Távora, que "a defesa dos valores patrimoniais não é nunca um acto passivo de receber e conservar, mas um acto criativo de conceber" e assumir, e agora citando A. Alves Costa, que "a intervenção patrimonial actual é apenas mais uma e intervém com regras claras que resultam da interpretação da história, incluindo a contemporânea".

Se assim for, mais fundamento e significado terá, por certo, a candidatura de Guimarães a Património Mundial.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA NA ELABORAÇÃO DESTE TEXTO:

- AA.VV. - Guimarães do Passado e do Presente. Guimarães, edição da Câmara Municipal de Guimarães, 1985.
- Almeida, Carlos Alberto Ferreira de - Património: Riegl e Hoje. Porto, separata da revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, II série, vol. X, 1993.
- Azevedo, Pe. Torcato Peixoto de - Memórias Ressuscitadas da Antiga Guimarães. Porto, 1845.
- Braga, Alberto Vieira - Curiosidades de Guimarães. Guimarães, vol. XVIII, 1959.
- Braga, Alberto Vieira - in O Comércio de Guimarães, nº 4111 de 14.10.1927.
- Caldas, Pe. António José Ferreira - Guimarães: Apontamentos para a sua História. Porto, 1881.
- Cardoso, António - O Arquitecto Marques da Silva. Porto, tese de doutoramento, texto policopiado, F.L.U.P., 1992.
- Carvalho, A.L. - Guimarães dos Tempos Idos. Guimarães, 1947.
- Carvalho, A.L. - In O Comércio de Guimarães nºs 4.447, de 6.3.1931 e 5090, de 26.5.1939.
- Choay, Françoise - L'Allégorie du Patrimoine. Paris, Éditions du Seuil, 1992.
- Costa, Alexandre Alves - História e Arquitectura, in Jornadas Pedagógicas. Porto, edição policopiada da A.E.F.A.U.P., 1995.
- Costa, Pe. António Carvalho da - Corografia Portuguesa. Lisboa, 1706.
- Craesbeck, Francisco Xavier da Serra - Memórias Ressuscitadas da Província Dentre Douro e Minho. Ponte de Lima, edição dos Carvalhos de Basto, 1993.
- Ferrão, Bernardo - Tradição e Modernidade na Obra de Fernando Távora, in Fernando Távora, Lisboa, Editorial Blau, Lda, 1993.
- Gesta, Alexandra - Comunicação apresentada a quando da atribuição do Prémio Nacional de Arquitectura ao Centro Histórico de Guimarães. Guimarães, texto policopiado, s.d..
- Guimarães, Alfredo - Guimarães / Guia de Turismo. Guimarães, 1940.
- Guimarães, Câmara Municipal (coordenação de Miguel Frazão) - Guimarães / PDM. Guimarães, edição da Câmara Municipal de Guimarães, 1993.
- Lopes, Flávio - Património Arquitectónico in Cartas e Convenções Internacionais. Lisboa, Edições do Ministério da Cultura / Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1996.
- Morais, Maria Adelaide Pereira de - Guimarães - Terra de Santa Maria. Guimarães, 1978.

- Oliveira, Aurélio de - Contribuição para o Estudo dos Elementos Arquitectónicos Seiscentistas da Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães, in Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada. Guimarães, 1981.

- Oliveira, Manuel Alves de - A Cidade de Guimarães no Século XIX num Plano de Urbanização, in Guimarães do Passado e do Presente. Guimarães, edição da Câmara Municipal de Guimarães, 1985.

- Oliveira, Manuel Alves - Rectificação a uma Nota de Robert C. Smith a propósito da Casa dos Lobos Machados. Braga, 1977.

- Soares, Jorge M. Carvalho - A Consciência Patrimonial e as Intervenções no Centro Histórico de Guimarães. Porto, relatório de Semanário de Pré- Profissionalização, F.A.U.P., texto policopiado, 1990.

Porto, Janeiro de 1997